



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ANA VITORIA SANTOS SOARES

**A CONSTRUÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL NA
GESTÃO MUNICIPAL DE MOJÚÍ DOS CAMPOS - PA**

**SANTARÉM- PARÁ
2023**

ANA VITORIA SANTOS SOARES

**A CONSTRUÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL NA
GESTÃO MUNICIPAL DE MOJÚÍ DOS CAMPOS - PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de graduação de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Antônia do Socorro Pena da Gama

**SANTARÉM-PA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S676c Soares, Ana Vitória Santos
A construção e importância do planejamento plurianual na gestão municipal de Mojuí dos Campos / Ana Vitória Santos Soares – Santarém, 2023.
36 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Antônia do Socorro Pena da Gama
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. Plano plurianual. 2. Mojuí dos Campos. 3. Gestão pública. I. Gama, Antônia do Socorro Pena da, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 352.16098115

Bibliotecária - Documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB/2 566

FICHA DE AVALIAÇÃO

ANA VITORIA SANTOS SOARES

A CONSTRUÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL NA GESTÃO MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS - PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de graduação de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Antônia do Socorro Pena da Gama

Conceito: _____

Data de Aprovação: 10 / 02 / 2023

Prof^a. Dr^a. Antônia do Socorro Pena da Gama- Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Prof.^a Dra. Inailde Corrêa de Almeida
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Prof: MSc.Ciro de Souza Brito
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No décimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às dezoito horas, realizou-se a Defesa Pública *on-line*, por meio da plataforma *Google Meet* (link: <https://meet.google.com/ifn-tggz-nte>), da Monografia do(a) acadêmico(a) ANA VITORIA SANTOS SOARES (matrícula: 201700498), intitulada A CONSTRUÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL NA GESTÃO MUNICIPAL DE MOJÚÍ DOS CAMPOS - PA, sob orientação do(a) Prof.(a) Antônia do Socorro Pena da Gama que compôs a banca examinadora com os professores Inailde Correa de Almeida e Ciro de Souza Brito. A presidenta fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações finais passando a palavra para o(a) discente que efetuou seus agradecimentos. A comissão reuniu-se e apresentou o parecer final com a nota DEZ. Nada mais havendo a tratar, eu, Profa. Antônia do Socorro Pena da Gama, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Prof.(a) Antônia do Socorro Pena da Gama – Orientador(a)



Documento assinado digitalmente

ANTONIA DO SOCORRO PENA DA GAMA
Data: 10/02/2023 21:48:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Documento assinado digitalmente



INAILDE CORREA DE ALMEIDA
Data: 10/02/2023 21:02:06-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.(a) Inailde Correa de Almeida – Membro da banca

Documento assinado digitalmente



CIRO DE SOUZA BRITO
Data: 10/02/2023 20:44:21-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.(a) Ciro de Souza Brito – Membro da banca

Documento assinado digitalmente



ANA VITORIA SANTOS SOARES
Data: 10/02/2023 20:29:52-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

ANA VITORIA SANTOS SOARES – Discente

AGRADECIMENTO

Dedico este trabalho primeiramente a Deus e a Maria sua preciosíssima Mãe; sem eles eu não teria capacidade de ter vencido as dificuldades que me trouxeram até a conclusão deste trabalho. Também o dedico aos meus pais, Adelaide (ainda viva) e Gerardo (in memoriam), pois é graças ao esforço deles que hoje posso concluir o meu curso sendo a pessoa que sou hoje. Dedico a minha irmã Adelaine e ao meu irmão Alexandre que foram alicerces, consultores e apoiadores nesse processo, além da minha pequena Ágata, minha sobrinha, que mesmo sendo apenas uma criança, tendo nascido durante a pandemia, no pior momento Mundial, trouxe um fôlego de vida para toda minha família. Com o pensamento nessas pessoas e em um futuro melhor para minha cidade que executei este projeto, por isso dedico este trabalho a todos aqueles que fizeram parte desse processo e a quem está pesquisa possa ajudar de alguma forma.

Dedico, também, este trabalho aos meus colegas de curso, que assim como eu encerram uma difícil etapa da vida acadêmica e a todos os professores do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por que passamos, de certa forma, todos juntos por esse processo.

No mais agradeço a Fé que tive em não desistir por esse tempo todo.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo abordar e apresentar o processo de formação de um Plano Plurianual (PPA) no contexto de um município recém-criado, e elencar a importância desse instrumento político na consolidação da gestão em Mojuí dos Campos. Para alcance deste buscaremos o levantamento teórico de autores dentro do tema PPA das ferramentas políticas para fomento de uma boa gestão pública, contextualizar e estudar sobre a área de estudo (Mojuí dos Campos) a fim de com a captação dessas informações construir o entrelace das ferramentas de Gestão como PPA na consolidação da gestão dentro de um município recém criado. A metodologia adotada para desenvolvimento da pesquisa apoia-se em um estudo de caso, amparado por uma pesquisa bibliográfica da literatura, e documental, além de uma pesquisa descritiva. Mojuí dos Campos é um município recém-emancipado, que passou e ainda passa por modificações e construção de seu sistema social, cultural, econômico e político, e frente a isso para que as ações da gestão pública seja planejada pensando no bem comum da sua população, e para tal instrumentos auxiliares são necessários, como PPA, e tal ferramenta tem sua primeira versão de 2014-2017 no município, e apesar de seus macro-objetivos definidos, ainda há setores essenciais que precisam ser repensados e mais explorados para o bem comum de sua população, desta forma, é crucial que as últimas versões sejam repensadas.

Palavras – Chaves: Plano Plurianual. Mojuí dos campos. Gestão Pública.

ABSTRACT

This research aims to address and present the formation process of a Multi-Year Plan (PPA) in the context of a newly created municipality, and list the importance of this political instrument in the consolidation of management in Mojuí dos Campos. To achieve this, we will seek a theoretical survey of authors within the PPA theme of political tools to promote good public management, contextualize and study the area of study (Mojuí dos Campos) in order to, with the capture of this information, build the interweaving of the tools of Management as a PPA in the consolidation of management within a newly created municipality. The methodology adopted for the development of the research is based on a case study, supported by a bibliographical and documentary research, in addition to descriptive research. Mojuí dos Campos is a newly emancipated municipality, which has undergone and is still undergoing changes and the construction of its social, cultural, economic and political system, and in view of this, public management actions are planned with the common good of its population in mind. , and for this purpose auxiliary instruments are necessary, such as the PPA, and this tool has its first version from 2014-2017 in the municipality, and despite its defined macro-objectives, there are still essential sectors that need to be rethought and further explored for the common good of its population, therefore, it is crucial that the latest versions are rethought.

Keywords: Multiannual Plan. Mojuí dos Campos. Public Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município Mojuí dos Campos / Para.....	17
Figura 2: Rua do comércio na década de 1960.....	20
Figura 3: Rua do comércio na década de 2020.....	20
Figura 4: Praça de Santo Antônio de Pádua.....	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Macros objetivos apresentados no PPA de 2014-2017 do município de Mojuí dos Campos	25
Quadro 02 – Programas apresentados no PPA de 2014-2017 de Mojuí dos Campos.....	26
Quadro 03 – Relação da quantidade de programas e ações pelos macros objetivos.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPA - Plano Plurianual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	PRESSUPOSTO TEÓRICO.....	11
2.1	A Constituição Federal e o PPA.....	11
2.2	Planejamento, Administração/Gestão e orçamento público.....	12
2.3	Plano Plurianual e outros instrumentos da gestão municipal.....	15
3	METODOLOGIA.....	16
3.1	Área de estudo.....	16
3.2	Procedimentos metodológicos.....	17
3.3	Levantamento, seleção e análise dos dados.....	18
4	RESULTADOS.....	19
4.1	Mojuí dos campos: uma breve contextualização.....	19
4.2	Plano Plurianual do município de Mojuí dos Campos.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31
	APÊNDICE A	

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, a sociedade sempre foi regida por regras, diretrizes ou leis, previamente estabelecidas, todos esses com o objetivo de definir direitos, deveres e o papel de seus gestores na tentativa de impedir rupturas na sociedade vigente, e com o passar das gerações, percebeu-se a importância de se ter instrumentos jurídicos, claramente estabelecidos, elaborados e implementados com a participação de todos, para o bem comum social.

Frente a isso, faz-se necessário conhecer e compreender quais instrumentos regem uma nação, neste contexto temos a constituição brasileira, que segundo Bercovici (2004) o conceito clássico de Constituição, da segunda metade do século XIX, como sendo os princípios jurídicos que deliberam os órgãos supremos do Estado, sua criação, suas relações mútuas, definem o campo de sua atuação e a posição de cada um deles em relação ao poder do Estado.

Porém cabe frisar que um país, também é dividido por estados e municípios, e os mesmos conseqüentemente também possui além das leis soberanas da constituição, seus próprios instrumentos jurídicos que amparam e regulamenta a administração pública previsto na própria constituição.

Cabe então destacar a importância da gestão pública municipal, em elaborar instrumentos que respeitem e atendam as especificidades de cada área a ser beneficiada, de modo a atender toda população, e nesse cenário, o plano plurianual (PPA) é de suma importância, desde que tenha a participação da sociedade civil organizada.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo é apresentar o processo de formação de um Plano Plurianual (PPA) no contexto de um município recém-criado, elencar a importância desse instrumento político na consolidação da gestão em Mojuí dos Campos, e para alcançar tais objetivos, partiu-se do seguinte problema: qual a importância do PPA, como instrumento de gestão pública, e como se deu o processo de formação do mesmo neste município?

Os objetivos específicos se dividem em levantar estudos e artigos teóricos e discutir com estes autores em como deve se consolidar a construção da ferramenta PPA dentro da administração de um município, aprofunda o conhecimento sobre a área de Mojuí dos Campos e o processo de criação do PPA dentro do seu contexto e realidade únicos e por fim após a captação desses dados discuti-los ressaltando a

importância da construção do PPA como instrumento de gestão no processo de formação deste município.

Contudo, não é suficiente apenas haver leis e formas de construção da gestão pública em forma teórica, é necessário que haja todo o reconhecimento desse processo e que ele seja publicizado dentro do município que será empregado para que haja o entendimento da sua importância por parte dos munícipes, além de se entender que o processo será diferente e será de suma importância dentro da consolidação de um município, em especial em um recém criando como Mojuí dos Campos.

Pois, uma visão ideal é que para além da normatividade a gestão pública seja eficiente e efetiva afim de consiga ouvir os anseios da população que será atendida dentro das suas necessidades independente da realidade ou contexto que se encontrem e busquem a construção conjunta de objetivos e metas para serem alcançadas, entretanto, para que isso seja alcançado ainda é necessário uma série de estímulos, estudos e discussões para ultrapassar ainda mais a linha dos conceitos para a linha de aplicação.

2 PRESSUPOSTO TEÓRICO

Neste capítulo serão trazidos alguns referenciais teóricos lidos durante a pesquisa e outros que tratam de toda narrativa a ser estudada e analisada, para elucidar e ampliar a base de dados e alcançar os objetivos almeçados e por fim os resultados pretendidos.

2.1 A Constituição Federal e o PPA

Em qualquer sociedade, para manutenção da lei e da ordem, é necessária a elaboração /criação de instrumentos institucionais, que garantam e façam valer os direitos e deveres de todo e qualquer indivíduo que esteja sobre tal jurisdição, e no caso do Brasil temos a Constituição Federal, que é a lei soberana deste país.

Porém, Bercovici (2004), destaca que ainda há um debate constitucional, pois há aqueles que acreditam que Constituição é um simples instrumento de governo, definidor de jurisdições e regulador de processos, e há os que acreditam que o mesmo

deveria ambicionar a transformar-se num plano global que determina tarefas, institui programas e define fins para o Estado e para a sociedade.

O Brasil começou a contar com instrumentos legais de planejamento a partir da instauração da Constituição Federal de 1988, prevendo o Planejamento Governamental, definindo assim as prioridades no formato de programas, com diretrizes, objetivos e metas de todas as esferas de governo (federal, estadual ou municipal) (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A constituição de 1988 possibilitou uma nova ordem institucional e jurídica no cenário político brasileiro e o sistema representativo, na formulação e no controle de políticas públicas (FILHO,1999).

Sobre a independência dos municípios, Meirelles (2008, p. 111) enfatiza que além da independência política, a independência administrativa, que é chamada e pensada como gestão pública, nada mais é que os gestores municipais são responsáveis pela gestão dos negócios locais pelos representantes do povo do Município, sem interferência do poder públicos de outros estados, ou da União.

Ainda sobre administração pública municipal, Meirelles (2008, p. 96) embasado pela constituição de 1988, reforça que o município tem o poder de “autorregulação”, além de “incorporação”, ou seja, tem o poder de criar, prestar e manter serviços de interesse da comunidade local, além de legislar seus impostos, custos e renda, de modo que é atribuído pelo menos um mínimo de autonomia ao município pelos estados e União.

Desta forma, Paulo (2010) destaca que com a redemocratização, ficou previsto na constituição a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais, ou seja, com isso o planejamento governamental voltou a figurar como uma atribuição inafastável do Estado.

2.2 Planejamento, Administração/Gestão e orçamento público

Dentro do modelo ideal de sociedade bem estruturada, uma gestão pública transparente e modernizada é necessária, e para isso é de grande importância que seu gerenciamento seja embasado por um planejamento estratégico que viabilize a estruturação desse modelo tão almejado, seja ela na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desta forma, o planejamento como instrumento de política, precisa ser

utilizado de forma sistemática, já que o mesmo é um dos instrumentos de gestão pública (REZENDE; CASTOR, 2006).

Seguindo essa vertente, independente da nação, todas elas possuem sua própria maneira de governar ou organizar-se politicamente, ou seja, existe uma administração política que permite aos seus governos cumprir as funções básicas deste, a fim de dar melhor destinação ao bem público (PARANÁ, 2018).

Segundo Machado e Rezende (2012), com a recessão do mundo capitalista que afundou a economia na crise de 1930, e colocou em risco o próprio sistema, foi possível evidenciar a emergência de uma intervenção reguladora e condutora dos governos, vigentes e futuros.

Paraná (2018) defende que para que a gestão pública possa atingir resultados satisfatórios, ou seja, serviço à população de qualidade é crucial a integração entre os quatro principais processos fundamentais que a compõe, como, planejamento, organização, execução e controle, resumindo, o desempenho e a integração dessas quatro funções determinam a qualidade de uma gestão pública.

Em um ambiente planejado, em vez de apenas uma decisão intuitiva, para a gestão do dia-a-dia, são estabelecidos métodos, metas, objetivos do programa, diretrizes de longo prazo, enfim, o planejamento é uma atividade sistemática de antecipar o futuro da gestão (BRASIL, 2013).

O planejamento governamental é uma ferramenta de ação pública que desempenha um papel importante tanto na implementação de políticas quanto nos instrumentos econômicos e financeiros, constituindo uma função permanente do governo. Portanto, o planejamento no governo pode ser entendido como uma ferramenta fundamental para alcançar o bem-estar da comunidade e um papel essencial, sob a responsabilidade do Estado (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Paraná (2018) destaca que o planejamento, além de decidir antecipadamente o que é devido e como executa-lo, é um processo constante e contínuo, que requer integração e desenvolvimento de conceitos e procedimentos a serem adotados, e deve ter apoio incondicional dos representantes da organização coordenada.

Frente ao exposto, é preciso que à participação do Estado principalmente na economia, seja efetivo para se evitar o recrudescimento das despesas do governo, o que na maioria das vezes é agravado pela falta de planejamento, o que por consequência pode ser motivado pelo crescimento das funções administrativas e de segurança; aumento da demanda por ações de caráter social (educação, saúde,

previdência, etc.) e intervenção direta e indireta do governo no processo produtivo (MACHADO; REZENDE, 2012).

Giacomoni (2001) esclarece que o orçamento público neste contexto tem entre seus principais empregos a função estabilizadora, de modo a possibilitar o Estado intervir na economia, seja via controle do nível de gastos, seja no nível da arrecadação por meio de alteração de alíquotas dos impostos, e já há registros que no atual estágio do comércio internacional, que tal instrumento vem sendo apoiado por meio de instituições controladoras do nível de liquidez da economia, que são os Bancos Centrais.

Para Piscitelli, Timbó e Rosa (1997,p.47) dispõem que:

O orçamento público nada mais é que uma ação planejada do Estado, que possibilita a manutenção de suas atividades, bem como a execução dos seus projetos, e esse instrumento que dispõe o Poder Público, em qualquer de seja sua esfera, permite determinar o período de tempo de um programa de atuação, a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante dos dispêndios a serem efetuados.

Ainda sobre a idoneidade nas gestões públicas o parágrafo 1.º do Art. 1.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, estabelece que “[...] a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]”.

Tratando-se de gestão pública, existem hoje inúmeras ferramentas que promovem o equilíbrio das contas públicas desde que o planejamento esteja de acordo, o que possibilita, por exemplo, que o município possa expandir os equipamentos escolares, construir mais escolas, tendo em vista que para que tal ação seja possível, outros fatores também precisam ser levados em consideração, já que por consequência a execução influenciará no aumento das despesas de custeio como os salários dos novos professores e a manutenção das escolas (BRASIL, 2013).

Com tudo é necessário que no processo de elaboração do orçamento público municipal, seja demonstrado cada etapa na sua organização, e os principais instrumentos de planejamento que podem auxiliar são Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), e é crucial para uma gestão pública transparente.

2.3 Plano Plurianual e outros instrumentos da gestão municipal

Com a Constituição Federal, além da União, todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem ter seu próprio Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), e que além da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Art. 165 da Constituição Federal estabelece as leis que regulamentam o planejamento e o orçamento dos entes públicos federal, estaduais e municipais: o PPA; a LDO; e a LOA (BRASIL, 2000).

Corrêa (2007) reforça que para definir um plano estratégico alinhado à visão e missão do país, o Plano Diretor Nacional de Reformas identifica quatro setores de atuação nacional: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado, e a partir dessa definição, foram elaboradas diretrizes sobre como o Estado deve atuar em cada setor.

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento elaborado no primeiro ano de governo e entra em vigor no segundo ano, e tem sua vigência até o primeiro ano do mandato seguinte, de modo a dar continuidade dos programas até o início do próximo mandato, e sua finalidade é estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas da gestão pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes do planejamento de governo por um período de quatro anos, podendo ser revisado, durante sua vigência, por meio de inclusão, exclusão e alteração de programas (PARANÁ, 2018).

É dever do chefe da Câmara Municipal, do prefeito, e poder do Legislativo, dos vereadores e da população, elaborar as metas e objetivos do exercício quadrienal, é de competência do Departamento de Planejamento Municipal que as metas e objetivos de gestão do município permitem a criação, implantação e controle do PPA, enquanto outras secretarias municipais podem fazer suas propostas. (SIQUEIRA, et. al, s/d).

Sobre o processo de elaboração das leis orçamentárias, OLIVEIRA, (2009, p.27) destaca que:

As decisões não devem ficar apenas nas mãos dos representantes políticos a participação da sociedade civil é fundamental, já que a população pode ajudar a decidir como será investido o dinheiro público, e com isso o poder público execute as obras e serviços públicos com maior transparência e controle social, ou seja, há uma responsabilidade compartilhada.

No processo que constitui o planejamento governamental, é importante esclarecer a necessidade da integração do PPA com outros dois importantes

instrumentos de planejamento, sendo estes, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), e o que constar na LDO e na LOA deve estar, inicialmente, no PPA (RIO GRANDE DO SUL, 2017). SANTOS (2010, p.46) esclarece que:

Há uma interação necessária entre o PPA, a LDO e a LOA , tendo em vista que o PPA identifica os objetivos a serem encaixados no médio prazo (quatro anos) e os programas a serem abraçados para o alcance desses objetivos, enquanto o LDO aponta que, dentre o rol de ações e metas constantes do PPA, serão priorizadas no orçamento anual, cumprindo assim o papel de difundir as metas fiscais do governo para o mandato seguinte e orientar a elaboração da peça orçamentária, e por fim, a LOA aponta em detalhes a programação de trabalho dos órgãos para o exercício seguinte, materializando as políticas públicas em ações operacionais.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A área de estudo escolhida para esta pesquisa foi recém-criada, a mesma corresponde ao município de Mojuí dos Campos, sendo esse um dos precursores para a escolha dessa região, além da pouca literatura atualmente existente com informações deste município.

O referido município está localizado no norte do Brasil, no baixo amazonas, emancipado recentemente da cidade vizinha Santarém, e seu território conta com uma área de aproximadamente 4 988,2 km² e uma população estimada de 16 084 habitantes, de acordo com o último censo (Mojuí dos Campos, 2021).

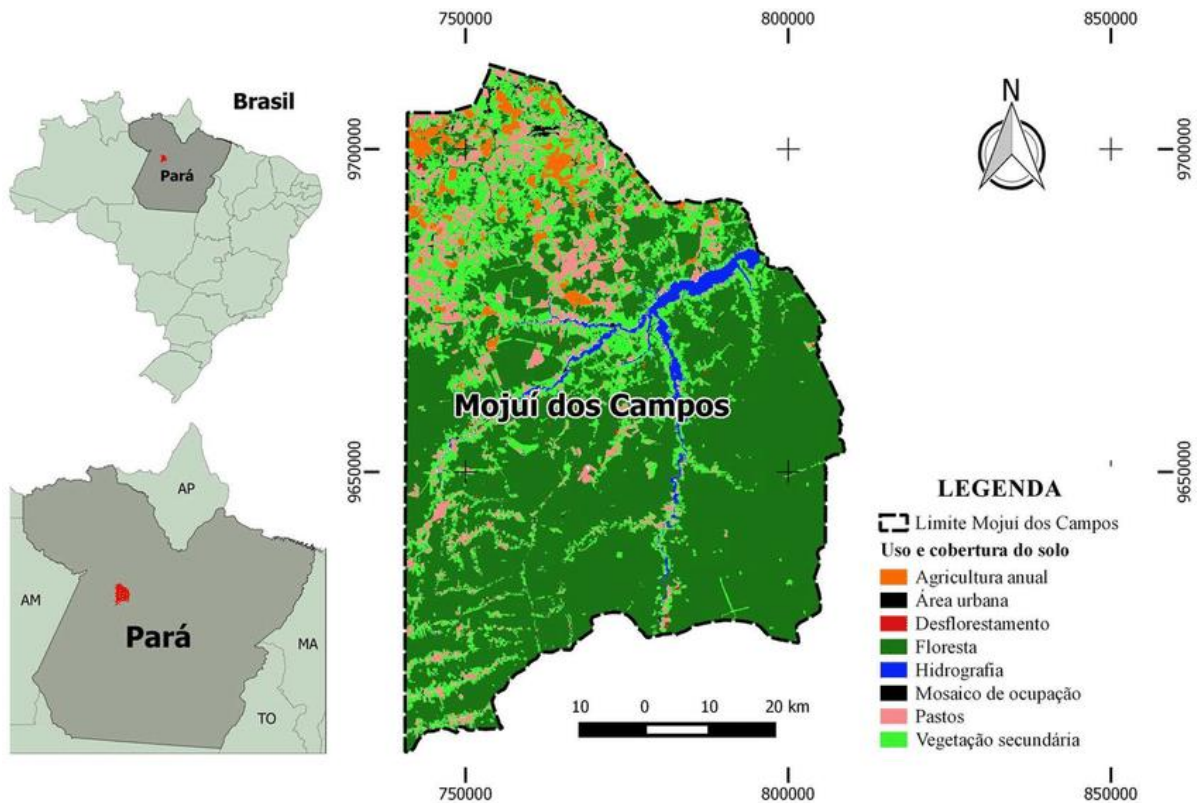
A história deste município é datada de 1914, com a chegada à referida área de um grupo de famílias, oriundas do Nordeste, formando assim um pequeno povoado, que na época era pertencente ao município de Santarém, tornando-se assim por anos uma área de refúgio de muitas outras famílias oriundas também do Ceará, que migravam na busca por melhores condições de vida (IBGE, 2017).

Após longas décadas como distrito de Santarém, seus populares se organizaram e em seguida, realizaram então dois plebiscitos, o primeiro em 1995 e o segundo em 1999, iniciando assim seu legado como município de Mojuí dos campos, desmembrando-se assim de Santarém, em 2009 (G1, 2013).

Após o desmembramento, as eleições municipais que haveriam de se realizar no distrito para decidir o primeiro prefeito em 2008, não ocorreram, uma nova data foi marcada em 2009, mas foi adiada. Em 2012, o município teve a primeira eleição, que

definiu o seu primeiro corpo administrativo e legislativo onde como prefeito o senhor Jaílson Alves foi escolhido e governou por dois mandatos seguidos enfrentando os primeiros passos para pensar a gestão de um município tão rural em busca de um desenvolvimento regional completo para os munícipes.

Figura 1: Localização do município Mojuí dos Campos / Pará.



Fonte: IBGE, 2017 - researchgate.net (autor/elaboração/adaptação)

3.2 Procedimentos metodológicos

Para agrupar, aprofundar, obter e analisar os resultados almejados, para o alcance de um maior entendimento do tema pesquisado, a metodologia desta pesquisa apoia-se em um estudo de caso, amparado por uma pesquisa bibliográfica da literatura, e documental, além de uma pesquisa descritiva.

Como tática de pesquisa, optou-se pelo *estudo de caso*, mediante a possibilidade que esse método propõe ao pesquisador, já que o mesmo deverá reinventar-se como investigador, na busca por respostas para demandas particulares através de diferentes modalidades de pesquisa, como é o caso das pesquisas bibliográficas, documental, e descritiva para a abordagem e tratamento do objeto de estudo. Além deste também realizamos entrevistas com alguns moradores de Mojuí

dos Campos objetivando entender um pouco mais sobre a história que não estava contada ou retratada em documentos oficiais (em apêndice a).

Frente a isso, Gil (2007) conceitua estudo de caso como um meio para analisar de forma aprofundada e preservada um objeto específico, que pode ser um indivíduo, uma organização, um grupo ou um fenômeno, através da formulação de hipóteses e teorias que permitam a explicação de variáveis em situações ainda que complexas.

Em outras palavras, de acordo com YIN (2005), quando os pesquisadores têm pouco controle sobre os eventos e se concentram nos fenômenos contemporâneos inseridos em determinados ambientes da vida real, os estudos de caso são uma excelente estratégia para buscar compreender os tipos de questões "como" e "por que" para obter respostas.

Para a obtenção de material e informações relevantes serão realizadas duas modalidades de coleta de dados, a primeira por meio da pesquisa bibliográfica, onde o pesquisador trabalha com as contribuições de outros autores da literatura produzida por pesquisas anteriores, e uma pesquisa documental que além dessas fontes, também utiliza documentos ou textos que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, ou seja, que ainda são considerados uma matéria prima, como jornais, fotos, filmes, gravações e ou documentos legais dentre outros, possibilitando maiores investigações e análises de populações específicas (SEVERINO, 2007).

Com foco em alcançar o pretendido dentro dos objetivos desta pesquisa. para tal, a modalidade de pesquisa que mais se enquadra é a *pesquisa descritiva*, que conforme Gil (2007) é uma análise em profundidade que visa descrever, classificar e interpretar o objeto estudado de formas sistematizadas.

3.3 Levantamento, seleção e tratamento dos dados.

Para obtenção dos resultados, o processo de pesquisa se deu em três etapas distintas, sendo elas:

Levantamentos dos dados em banco de dados e plataformas digitais como SCIELO, Google Acadêmico, sites e documentos oficiais, dentre outros, com a finalidade de obter a maior quantidade possível de informação sobre a temática pretendida, através de uma pesquisa bibliográfica e documental.

O segundo passo foi à *seleção* dos documentos e obras com maior relevância, excluindo assim textos incompletos e artigos que não estavam disponíveis na íntegra,

bem como, documentos oficiais inconclusivos e complementar esses conhecimentos teóricos com a realização de entrevistas e captação do conhecimento dos populares de Mojuí dos Campos para agregar suas experiências e visões únicas as informações escritas obtidas.

Por fim, o tratamento e a análise dos dados são realizados por meio da leitura detalhada das publicações, dos discursos e experiências coletadas em entrevista e da análise do conteúdo e organização dos artigos e documentos oficiais, agrupando-os por semelhança e organizando-os em categorias temáticas. Ampliar o conhecimento dos temas de pesquisa, articular referenciais teóricos e obter resultado.

4 RESULTADOS

4.1 Mojuí dos campos: uma breve contextualização

Desmembrado do município de Santarém, oeste do Estado do Pará, com área de aproximadamente 5.069,58km², Mojuí dos Campos localiza-se entre os municípios de Belterra, Santarém, Monte Alegre, Prainha, Uruará e Placas (SALIM, 2010, p. 52)

Sobre a origem do nome da vila, sabe – se que coma chegada das primeiras famílias, por volta da década de 1910, os mesmos encontraram grandes áreas cobertas por uma espécie de capim, que na época eram conhecidos por Mojuí, desta forma, denominando-se de “Mojuí dos Campos” ou “Capim dos Campos” (MOJUÍ DOS CAMPOS, 2021).

As primeiras famílias a chegar a então área, que ainda pertencia ao município de Santarém, eram de sua maioria de nordestinos oriundos do Ceará, que vieram para este estado com a perspectiva de melhorar de vida, e fugir da fome e da seca, tendo em vista o grande potencial agrícola das terras ocupadas, sendo elevada à categoria de vila em 1964, pelo então governador do Estado do Pará Coronel Jarbas Passarinho, que assinou a lei nº 3.227, em 31 de dezembro de 1964 (MOJUÍ DOS CAMPOS, 2021).

Segundo Canto (2018) a vista da “Rua do Comércio” de Mojuí dos Campos na década de 1960, além da antiga “farmácia”, pode-se ver ao fundo o que hoje é o Bairro da “Cidade Alta”, quase que em sua totalidade envolto pela mata nativa (figura 2).

Figura 2: Rua do comércio na década de 1960



Fonte: Blog Padre Sidney Canto

Muitas foram as mudanças que já ocorreram em seu espaço, na figura (3) é possível verificar também a rua do comércio, porém nos dias atuais.

Figura 3: Rua do comércio na década de 2020



Fonte: G1 (Santarém). Reprodução/TV Tapajós

Após longas décadas como distrito de Santarém, seus populares começaram a se organizarem em levantes para exigir plebiscitos dentro da área do município.

Os mesmos se realizaram reuniões sediadas na sede comunitária da cidade, antigamente localizada ao lado do campo nogueirão, onde se discutia o que seria necessário e os documentos a serem apresentados para realização do plebiscito além

dos representantes que os levariam para registro no Tribunal de Superior Eleitoral em Santarém. A organização primária desses primeiros plebiscitos foi liderada pelos populares que residiam, em sua maioria, da parte central de Mojuí dos Campos já que era difícil a locomoção dos que moravam mais na parte rural e que não tinham seu transporte próprio:

[...] hoje eu vejo muita gente reclamar dos horários de ônibus aqui na cidade, mas naquele tempo nem tinha essa possibilidade, o seu Raimundo cavaqueiro, que era representante do Mojuí dos Pereiras na época, muitas vezes vinha no lombo do cavalo do de lá até aqui, as reuniões eram sempre a noite por que grande maioria do pessoal trabalhava na roça ou no comércio até a boca da noite, então a reunião sempre começava a partir das 7 horas e ia até as 9 da noite, por que todo mundo tinha seu trabalho para voltar no outro dia cedo (Gerardo Alexandre Soares Filho, morador e político de Mojuí dos Campos, entrevista realizada em maio de 2018).

Infelizmente o primeiro plebiscito realizado em 1995 não foi aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas em 1999, mais uma vez, o plebiscito foi realizado iniciando o processo do que haveria de ser o município de Mojuí dos Campos. Leão (2017) destaca que Mojuí dos Campos foi criado a partir da realização destes dois plebiscitos, onde a população decidiu pela sua emancipação, deixando então a pertencer a cidade de Santarém, mas, essa aprovação foi efetivada com o TSE homologando o resultado do plebiscito somente em 2009, por meio da Lei Nº 6.268, de 27 de dezembro de 1999.

Após o desmembramento, as eleições municipais que haveriam de se realizar no distrito para decidir o primeiro prefeito em 2008, não ocorreram, já que não houve organização a tempo da data prevista e acabou por se perpetuar a interdependência da gestão de Santarém para com o município recém emancipado. Uma nova data foi marcada em 2009, mas foi adiada. Em 2012, o município teve finalmente sua primeira eleição, que definiu o seu primeiro corpo administrativo e legislativo onde o senhor Jaílson Alves foi escolhido como prefeito e governou por dois mandatos seguidos enfrentando os primeiros passos para pensar a gestão de um município tão rural em busca de um desenvolvimento regional completo para os municípios.

[...] foi mais complicado o processo após o TSE ter aprovado do que tinha sido antes, por que nós pensávamos que tendo a aprovação deles era só mandar as urnas e escolher alguém daqui para representar a gente de fato, mas eu acho que nós estávamos esperando que outras pessoas organizassem isso, como se a gente não tivesse mais que lutar por isso, era só aguardar, quando a gente viu que não era assim, arregaçamos as mangas

de novo, corremos atrás, e os partidos políticos começaram a reconhecer que existiam pessoas aqui que poderiam representar o município, eu não gostei da politicagem, muita gente de Santarém quis se candidatar para cá, mas foi bonito de ver aparecer gente da terra mesmo para representar a gente (Adelaide Santos Sores, moradora e enfermeira por 35 anos em Mojuí dos Campos, entrevista em dezembro de 2022).

Após a instauração da prefeitura em Mojuí dos Campos a gestão das mudanças a serem implementadas dentro da economia e administração territorial começaram a ser realizados construindo aos poucos a independência do município e reafirmando o pertencimentos dos munícipes, mas claro que estas já tinha base dentro do município que adivinham de anos anteriores e que com certeza ainda tem características bem presentes no presente.

Segundo Paula (2019), a economia local se desenvolveu através de investimentos e incentivos Estaduais desde 1960, como por exemplo, a construção de rodovias, hidrelétricas, ofertas de subsídios e incentivos fiscais, com isso, depende fortemente da agricultura de larga escala até hoje, e do setor agropecuário, segundo o Censo Agropecuário de 2017, as lavouras existentes dentro do território do município tem cerca de 19.082,474 ha de cultura temporária e 2.590,448 ha de lavoura permanente, sendo a maioria da produção na lavoura temporária soja, milho e arroz; e na lavoura permanente de açaí, laranja, mamão e pimenta do reino.

Sobre o uso e cobertura da terra na região de Mojuí dos Campos e proximidades, a mesma é caracterizado, na porção sul, a pela agricultura familiar, em que pequenos imóveis apresentam, em geral, cultura de mandioca e pimenta, com área plantada em média de 5 ha, que contrasta com as grandes áreas na porção norte, pelo desenvolvimento da agricultura de larga escala, que tem expandido na área do município desde o ano 2000 (COSTA; ESCADA, 2019).

Embora a narrativa recente de ocupação, este município já é campo de sucessivas modificações, e mediante a perspectiva de implementação de grandes projetos, como o asfaltamento da BR-163, o Complexo Hidrelétrico do Xingu, o Projeto Pará Rural e as políticas de investimento estatal a partir do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado; esse momento configura um cenário de importantes debates sobre ações propositivas em todas as frentes (SALIM, 2010).

Salim (2010) destaca ainda que o município teve um crescimento da produção de soja elevado em relação aos demais municípios nos últimos anos, apesar do crescimento da área cultivada de grãos, a agricultura familiar camponesa ali existente, que são importantes para o abastecimento alimentar e a economia da região, como

as comunidades de Terra de Areia e Mojuí dos Pereiras, com culturas produtivas de abacaxi e hortaliças, concomitantemente.

Mojuí dos Campos, em toda sua história conquistou seu espaço e construiu ao longo de toda sua constituição sua identidade, e já possui um grande potencial turístico, para quem busca lazer associado a contato com a natureza, o município possui um leque de opções.

Na cultura, dois eventos são muito importantes para a cidade, sendo um de cunho religioso e outro regional, segundo Vieira (s.d) o primeiro evento é a Caminhada de Fé com Maria, que ocorre sempre no mês de novembro ou dezembro, a primeira edição surgiu em 1995 e teve como criador o padre Auricélio Paulino, e contou com apenas 300 pessoas, que fizeram o trajeto de Mojuí dos Campos à Santarém, e o número de fiéis atraídos pela devoção à Maria aumentou e atualmente de milhares de devotos que participam da procissão, que faz parte da programação da Festividade de Nossa Senhora da Conceição, o percurso é de aproximadamente 38 quilômetros, até chegar a Catedral de Nossa Senhora da Conceição em Santarém.

Figura 4: Praça de Santo Antônio de Pádua



Fonte: Portal de notícias / Aldeia News

O segundo evento realizado no município, que conta muito sobre toda a história da cidade é a Festa da Integração Nordestina, que acontece todo ano no mês de julho com danças, exposições e shows culturais, o evento resgata a saga dos nordestinos que vieram para a região e construíram na localidade, uma história de trabalho e sua identidade (VIEIRA s.d.).

4.2 Plano Plurianual do município de Mojuí dos Campos

O Plano Plurianual do município de Mojuí dos Campos, após a emancipação ainda teve ordem de cumprimento seguida pela lei do plano estruturado na prefeitura de Santarém para região e seguiu o regime e projetos ainda fomentados pelas ações aprovadas por ele até a estruturação do seu próprio PPA para o quadriênio 2014-2017, que foi instituído pela Lei Nº 023/2013 em 31 de outubro de 2013.

O Plano plurianual de Mojuí dos Campos foi acolhido pelos munícipes como um momento de escuta dos anseios que por muitos anos foram negligenciados dentro da gestão liderada por Santarém, pois, tendo um contexto tão diferente não havia o sentimento entre os populares que os programas criados pela gestão eram inclusivos com as necessidades do município de Mojuí.

[...] é engraçado pensar que nesse tempo eu não participei das assembleias públicas para discussão dos programas a serem implementados no primeiro PPA de Mojuí dos Campos, mas eu tenho a memória nítida de estar voltando da escola no horário do almoço e ver o seu Luiz do Havaí passando com seu carro de som fazendo a chamada com dia e horário da reunião para discussão sobre o assunto, foi uns meses depois que o Jailson tinha se eleito, acho que uma foi umas das primeiras vezes que os vereadores ficaram todos reunidos em assembleia aberta com os populares para discutir que objetivos, que metas, que áreas precisavam de mais atenção dentro da nossa realidade (Ana Vitória Santos Soares, moradora de Mojuí dos Campos, entrevista realizada em 08/01/2023).

A escuta dos anseios dessa população para o PPA constituiu de grande forma o conceito de independência dentro dos moradores do município, consolidando sua extrema importância dentro da mudança de visão destes, do que um dia já havia sido uma pequena vila, em um município capaz de pensar, agir e empregar políticas que atenderiam as particularidades do seu território, se enxergavam como atores principais da sua história e não somente espectadores.

[...] ninguém entendia muito da lei em si, mas todo mundo conseguia pensar em algo que precisava mudar ou precisava de atenção dentro da

cidade, então poder ter dentro do nosso quintal representantes que tivessem o poder de nos ouvir e tornar um pouco do que a gente queria em realidade era muito bom, não precisávamos mais ir até outra cidade para que pudéssemos ser ouvidos, tinha alguém que ir fazer isso com a gente, aí nos ouvir e cobrar as providências para o que tínhamos discutido fosse realidade (Gerardo Alexandre Soares Filho, morador e político de Mojuí dos Campos, entrevista realizada em maio de 2018).

O Plano Plurianual estruturados dentro dessas assembleias foi estruturado em torno de 07 (sete) macros objetivos, os quais se encontram no quadro abaixo (ver quadro 01).

Quadro 01 – Macros objetivos apresentados no PPA de 2014-2017 do município de Mojuí dos Campos

MACROS OBJETIVOS DO PPA 2014-2017	
01	Fortalecimento da democracia na defesa dos direitos do cidadão
02	Eficiência na gestão e na manutenção da máquina administrativa
03	Erradicação das desigualdades sociais e geração de emprego e renda
04	Melhoria da qualidade e das modalidades de acesso aos serviços públicos
05	Ampliação e melhoria da infraestrutura de transporte e meio ambiente
06	Estabelecer metas para desenvolver o processo educacional primando por uma educação de qualidade e promovendo ações culturais e esportivas
07	Desenvolvimento municipal com qualidade de acesso a todos

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses objetivos, observa-se que há uma preocupação com algumas áreas e/ou setores, dos quais espera-se que haja programas e ações específicas no PPA. Podemos observar isso no objetivo 06, onde há uma ênfase na melhoria da educação no município. No objetivo 05, por sua vez, há uma ênfase na melhoria dos serviços de transporte. Entretanto, observa-se que há uma ausência de objetivos ligados a duas áreas/setores essenciais para a população de qualquer município: a saúde e a segurança pública.

Observa-se que os objetivos 01, 03, 04, 05 e 06 dialogam entre si, haja vista que se voltam para a população, buscando promover melhorias para ela – seja ao olhar para a educação, para o serviço de transporte e até mesmo para as desigualdades sociais. Já os objetivos 02 e 07 se voltam para a máquina administrativa e para o desenvolvimento municipal.

Após a apresentação dos macros objetivos, somos apresentados aos programas, as ações que compõem o PPA do município e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização. São 10 programas e 86 ações a serem desenvolvidas em torno desses programas, ambos sujeitos aos macros objetivos descritos anteriormente. Abaixo há um quadro (ver quadro 02) com os programas apresentados no PPA.

Quadro 02 – Programas apresentados no PPA de 2014-2017 de Mojuí dos Campos

PROGRAMAS DO PPA 2014-2017	
01	Ação Legislativa
02	Gestão Administrativa
03	Assistência social
04	Gestão de Saúde Pública
05	Gestão de Educação básica
06	Incentivo à cultura e ao desporto
07	Urbanização municipal
08	Saneamento básico
09	Incentivo ao desenvolvimento municipal
10	Operações especiais

Fonte: Elaborado pela autora

Já nos programas, é possível ter uma ideia mais específica sobre os pontos estratégicos para o PPA, os quais juntamente com as ações ajudarão o município a alcançar os macros objetivos. Conforme o quadro acima, é possível observar que muito do que consta nos macros objetivos está presente nele, com exceção da saúde, que aqui está presente em um programa específico. Ademais, a saúde não é a única figura nova até aqui: o saneamento básico também ganha um programa específico. Nota-se novamente, entretanto, a ausência de uma ênfase para a segurança pública.

No quadro abaixo (ver quadro 03), é possível visualizar a quantidade de programas e ações desenvolvidas em cada um dos macros objetivos. Conforme é

possível observar a partir deles, as ações podem estar presentes em mais de um programa, bem como mais de um programa em um macro objetivo.

Quadro 03 – Relação da quantidade de programas e ações pelos macros objetivos

MACROS OBJETIVOS, PROGRAMAS E AÇÕES		
Macro Objetivo	Quantidade de programas	Quantidade de ações
Fortalecimento da democracia na defesa dos direitos do cidadão	3	6
Eficiência na gestão e na manutenção da máquina administrativa	3	14
Erradicação das desigualdades sociais e geração de emprego e renda	1	14
Melhoria da qualidade e das modalidades de acesso aos serviços públicos	1	12
Ampliação e melhoria da infraestrutura de transporte e meio ambiente	3	10
Estabelecer metas para desenvolver o processo educacional primando por uma educação de qualidade e promovendo ações culturais e esportivas	2	24
Desenvolvimento municipal com qualidade de acesso a todos	2	8

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme é possível observar no quadro 03, os macros objetivos 01, 02 e 05 são os que apresentam o maior número de programas: três. Já os objetivos 06 e 07 apresentam 2 programas, enquanto os objetivos 03 e 04 apresentam apenas um programa. Ademais, o macro objetivo que apresenta o maior número de atividades é macro objetivo 06, contando com 24 ações (representa 27,7% do total das ações a serem desenvolvidas). Já o macro objetivo 01 é o que tem o menor número de ações, contando com apenas seis ações no total (representando apenas 6,8% das ações a serem desenvolvidas).

O maior número de ações no macro objetivo 06 é até compreensível, haja vista que ele engloba ações no campo da educação, cultura e lazer. Logo, espera-se que haja ações a serem desenvolvidas. Entretanto, um aspecto que chama atenção no PPA é a ausência de elementos que expliquem ou tornem mais acessíveis para o público em geral as escolhas dos macros objetivos, dos programas e das ações. Nesses aspectos, o PPA do município é bastante vago.

A ausência de uma melhor discriminação das metas financeiras é outro aspecto que chama atenção nesse PPA. Em alguns programas e ações, as metas financeiras estão presentes, enquanto outras, não. E não há nenhuma justificativa para a ausência dessas metas financeiras, o que dificulta ainda mais o entendimento dos munícipes acerca do documento e do papel ao qual ele se destina para o planejamento do município.

Não só a estrutura do PPA em si é importante como também precisa ser elaborada de forma concisa e ligada a liberação orçamentária anual encaminhada pela LOA e votada todos os anos para liberação de verbas para ações e projetos que implementaram e objetivam o alcance dos macros objetivos no PPA. Contudo, o PPA sendo um plano de médio prazo de objetivos serem alcançados precisa também da boa estruturação de um intermediário que detalhe ainda mais seus processos, etapas e programas em esfera anual para que possa serem discutidos e molde a construção da LOA, nesse ponto entra a LDO.

Através da LDO organizamos e detalhamos os objetivos e metas esperadas em curto prazo (anual) em projetos e programas a serem exercidos visando alcançar futuramente as dimensões maiores destas, por isso ela serve de ferramenta de junção daquilo que se é projetado em contraponto ao que é possível fazer hoje para que o que está a ser ambicionado seja alcançado.

Só que mesmo tendo essa suma importância a discussão e construção conjunta do PPA sobre tais leis (LDO e LOA) entre os munícipes e a sociedade em geral, ela é bem pouco comentada e publicizada dentro do município a ponto de não se ter uma construção participativa de tais instrumentos de forma abrangente dentro dos acervos disponibilizados pela prefeitura e em consequência disso se não há uma boa comunicação entre essas ferramentas da gestão, que funcionam como engrenagens que movem o desenvolvimento regional de um município, as mesmas podem e irão ter lacunas que impossibilitaram o exercício de suas atribuições com o máximo de eficácia.

O modelo de PPA construído no quadriênio de 2014 – 2017 foi votada em assembleia pública e sofreu pequenas alterações perpetuando a distribuição se macro objetivos pré-existentes para o PPA 2018-2021 e não teve completude total das ações programadas levando em vista o contexto da pandemia mundial de 2020-22.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mojuí dos campos durante sua história já passou por muitas transformações, tantas de caráter físico, como social, e tais transformações possibilitaram a construção de sua identidade, e hoje apesar de tão pouco tempo de emancipação já tem características bem definidas e marcantes, como na cultura, turismo, política e economia, tendo em vista que o município ainda precisa de subsídios da união e do estado para manter suas contas públicas.

Na política o município está a cada ano mais consolidado, e a cada mandato já é possível perceber as mudanças em muitos segmentos, e ganhos para a população, e de acordo com o primeiro PPA do município, ainda há um caminho a ser seguido para tendo em vista que há uma preocupação com algumas áreas e/ou setores, como educação no município e melhoria dos serviços de transporte, porém áreas essenciais para a população de qualquer município como saúde e a segurança pública ainda são negligenciados.

Frente a isso é essencial que o PPA do município seja pensado de forma a englobar setores essenciais para população, e somente quando o Plano Plurianual (PPA), esteja bem definido e que converse com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), para que a gestão pública seja transparente, e apesar do objeto de pesquisa ter sido o primeiro PPA do município, é de se esperar que mudanças já tenham sido adotadas, pois é sabido que no exercício de suas funções, a transparência e a ética, são qualidades mínimas para agentes públicos, apesar dos desafios enfrentados no exercício do mandato.

A pesquisa em questão mostrou-se muito relevante, porem cabe relatar que apesar do grande potencial da proposta, algumas dificuldades foram encontradas pelo caminho, e a maior delas e a quantidade limitada de artigos científicos referentes às questões de criação e implantação do PPA em Mojuí dos Campos - PA, por se tratar de um estudo de caso de uma cidade, que apresenta múltiplas interfaces, e demandas referentes ao tema e o pouco conhecimento sobre o assunto por parte dos autores

locais também foram fatores que dificultaram o processo de obtenção de resultados mais abrangentes.

Com isso considera-se este estudo um pontapé para abertura de diálogos e pesquisas cada vez mais abrangentes, que possam abrir espaço na literatura para discussão de um modelo de gestão pública participativa e cooperativa a luz das ferramentas de gestão como o PPA, LOA e LDO aplicadas dentro de Mojuí dos Campos tentando assim fomentar o discurso e aplicação de uma boa gestão desde o princípio formação dessa cidade até a consolidação de uma estrutura política mais completa e eficaz.

REFERÊNCIAS

BERCOVICI, GILBERTO. **Constituição e política**: uma relação difícil. Lua Nova: Revista de Cultura e Política - ed. 61, 2004.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101/2000**, de 04 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Brasília. 2000.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Programa de Apoio à Elaboração e Implementação dos PPAs Municipais - 2014-2017 - Agendas de Desenvolvimento Territorial, 2013.

CANTO, Padre Sidney. **Rua comercial em Mojuí dos Campos na década de 1960**, blog Padre Sidney Canto. 2 de agosto de 2018. Disponível em: <https://sidcanto.blogspot.com/2018/08/rua-comercial-em-mojui-dos-campos-na.html>, acesso em: 04 de setembro de 2022.

CORRÊA, Izabela Moreira. **Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais**. Rio de Janeiro 41(3):487-504, Maio/Jun. 2007

COSTA, Lidiane Cristina Oliveira; Escada, Maria Isabel Sobral. Análise das áreas desmatadas nos imóveis rurais de Mojuí dos Campos, Pará. In: **ANAIS DO XIX Simpósio Brasileiro De Sensoriamento Remoto, 2019, Santos**. Anais eletrônicos. São José dos Campos, INPE, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/sbsr-2019/papers/-analise-das-areas-desmatadas-nos-imoveis-rurais-de-mojui-dos-campos--para.html>. Acesso em: 04 set. 2022.

Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

FILHO, Roberto de Medeiros Guimarães. **A evolução do planejamento federal e a participação legislativa**. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 36 n. 143 jul./set. 1999

G1 – **Santarém**, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2013/12/em-um-ano-mojui-dos-campos-ja-apresenta-significativas-mudancas.html>. Acesso em: 29 out. 2021.

G1 – **Santarém**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/01/01/prefeito-e-vereadores-de-mojui-dos-campos-tomam-posse-veja-lista-de-eleitores.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2022.

GIACOMONI, J. Bases normativas do plano plurianual: análise das limitações decorrentes da ausência de lei complementar. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.28 n.1, p. 79-91. jan./fev. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mojui-dos-campos/historico>. Acesso em: 18 out. 2021.

LEÃO, Sandro Augusto Viégas. **Agronegócio da soja e dinâmicas regionais no Oeste do Pará. 2017**. 204 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MACHADO, Evanio Tavares; REZENDE, Denis Alcides. Plano Plurianual municipal, instrumentalidade na gestão municipal e articulação com o Plano Plurianual estadual: estudo de caso do município de Curitiba e do estado do Paraná. **Rev. FAE, Curitiba**, v. 15, n. 1, p. 42-61, jan./jun. 2012

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23.^a edição, Malheiros Editores: São Paulo, 1998.

Mojuí dos Campos (PA). **Prefeitura**. Disponível em: <https://www.mojuidoscamos.pa.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 20 out. 2021.

OLIVEIRA, P. R. M. **Desdobrando o Orçamento Municipal**. 2009.

PARANÁ. **Introdução a gestão pública** – unidade 1 – Gestão pública: princípios e fundamentos. Gestão em foco. Secretaria de educação, 2018.

PAULA, Danielle Silva de. et. al. **Determinação e análise de uso e ocupação do solo na APP do rio Mojuí dos campos localizado dentro da bacia do rio curuá-una, segundo o novo código florestal brasileiro**. Anais do xix simpósio brasileiro de sensoriamento remoto, INPE – Santos (SP), 2019.

PAULO, Luiz Fernando Arantes - O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica – **Revista do Serviço Público** – Brasília, p. 171-187, 2010.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F.; ROSA, M. B. **Contabilidade Pública: Uma abordagem da administração financeira pública**. 5. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Elaboração de Planos Plurianuais Municipais (PPAs) – 2018-2021 / Estado do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Governança

e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2017.

SALIM, Ana Cristina Ferreira. **Modelos de representação cartográfica de dinâmicas espaciais e sua contribuição para o planejamento territorial do município de Mojuí dos Campos/PA**. Belém, 2010.

SANTOS, R. de C. L. F. dos. **Orçamento público**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis:

SEVERINO, Antônio Joaquim – **Metodologia do trabalho científico** – 23. ed., ver. E atual, São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Júlio Cesar; et. al. **PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL**. UNIJALES – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES Revista Científica Semana Acadêmica – ISSN 2236-6717, s/d.

VIEIRA, Adriane. **Mojuí dos Campos**, Estado do Tapajós, s.d. Disponível em: <https://www.tapajosmeuestado.com.br/p/mojui-dos-campos.html>. Acesso em: 12 set. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com os populares em Mojuí dos Campos

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
Entrevistadora: Ana Vitória Santos Soares	
Data:	Local:

-Nome:

-Tempo de moradia em Mojuí dos Campos:

-Sexo: ()Feminino ()Masculino

-Profissão:

- 1 – O que você acredita que foi o motivador para o pedido de emancipação de Mojuí dos Campos de Santarém para se tornar um município independente?
- 2 – O que se recorda do processo de emancipação de Mojuí dos Campos?
- 3 – Você chegou a participar ativamente desse processo de emancipação?
- 4 – Houve chamadas públicas para discussão do Plano Plurianual?
- 5 – Você acredita que esse processo de discussão pública ajudou para que o Plano Plurianual criado fosse eficiente dentro da realidade de Mojuí dos Campos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL RUY BARATA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: ANA VITÓRIA SANTOS SOARES

CPF: 031463842-30 RG: 7397456 Telefone: (93) 99144-0519

E-mail: anavivic11@gmail.com

Titulação recebida: A CONSTRUÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL
NA GESTÃO MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS - PA

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

Sim Não

2. Identificação da obra

Monografia TCC Dissertação Tese Artigo científico Outros: _____

Título da obra: A CONSTRUÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL
NA GESTÃO MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS - PA

Programa/Curso de pós-graduação: PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Data da conclusão: 10 / 02 / 2023

Orientador: ANTÔNIA DO SOCORRO PENA DA GAMA

E-mail: socorropgama@gmail.com

Co-orientador: _____

Examinadores: INAILDE CORRÊA DE ALMEIDA


CIRO DE SOUZA BRITO

3. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, na Biblioteca Ruy Barata, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 17 / 02 / 2023

Documento assinado digitalmente
 ANA VITORIA SANTOS SOARES
Data: 17/02/2023 14:12:50-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Assinatura do autor

4. Tramitação

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em ____/____/____. Responsável: _____

Siape/Carimbo